

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

RETOMADAS LINGUÍSTICAS INDÍGENAS NO NORDESTE, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO: UM MAPEAMENTO ETNOGRÁFICO

Evandro de Sousa Bonfim, Leandro Durazzo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6508>

Submetido em: 2023-07-25

Postado em: 2023-07-28 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

RETOMADAS LINGUÍSTICAS INDÍGENAS NO NORDESTE, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO: UM MAPEAMENTO ETNOGRÁFICO

INDIGENOUS LANGUAGE RETAKING IN THE NORTHEAST BRAZIL, MINAS GERAIS AND ESPÍRITO SANTO: AN ETHNOGRAPHIC MAPPING

Tipo de Contribuição

Ensaio Teórico

Evandro de Sousa Bonfim¹

Museu Nacional/UFRJ

<https://orcid.org/0000-0002-0459-928X>

Leandro Marques Durazzo²

obPALA/UFRN

<https://orcid.org/0000-0001-5160-2835>

RESUMO: Diante do “levante linguístico indígena”, que vem ocorrendo no Nordeste e nos estados vizinhos de Minas Gerais e Espírito Santo, o artigo tem como objetivo chamar atenção para dois aspectos importantes da etnografia dos povos ameríndios da região que possuem grande repercussão para os processos de retomadas linguísticas: as relações cosmopolíticas com os “encantados”, mestres mais-que-humanos guardiões da “ciência” indígena, e com os territórios, entendidos como documento linguístico das línguas de oralidade. A partir dos casos etnográficos dos Tuxá de Rodelas-BA (Família Kariri) e Anacé de Caucaia-CE, o artigo propõe a caracterização da região como área etnolinguística das línguas encantadas e o território como principal documento linguístico das línguas em processo de retomada.

PALAVRAS-CHAVE: Etnolinguística; Retomada Linguística; Cosmopolítica; Território; Povos Indígenas do Nordeste.

ABSTRACT: This paper aims to draw attention to two important ethnographic aspects of Brazilian Amerindian peoples that have great repercussions for the processes of linguistic recovery that many of them are currently going through across the Northeast region and the states of Minas Gerais and Espírito Santo: the cosmopolitical relations with the “enchanted”, more than human masters guardians of indigenous “science”, and with the territories, understood as a linguistic document of oral languages. Based on the ethnographic cases of the

¹ Doutor em Antropologia Social (MN/UFRJ). Pesquisador do Setor de Linguística/Depto de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Docente do Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLIND) do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ. E-mail: evandrobonfim@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0459-928X>. Os coautores deste artigo contribuíram de forma equivalente em sua elaboração, de acordo com a taxonomia CRediT.

² Doutor em Antropologia Social (UFRN). Coordenador Adjunto do Observatório de Psicologia Ambiental Latino-Americana (obPALA/UFRN). Membro do Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação (Opará/UNEB). Bolsista de Pós-doutorado Júnior do CNPq. Natal, RN. E-mail: leandrodurazzo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5160-2835>. Os coautores deste artigo contribuíram de forma equivalente em sua elaboração, de acordo com a taxonomia CRediT.

Tuxá from Rodelas-BA (Kariri Family) and Anacé from Caucaia-CE, the article proposes the characterization of the region as an ethnolinguistic area of enchanted languages and the territory as the main linguistic document of languages in the process of retaking.

KEYWORDS: Ethnolinguistics; Language Retaking; Cosmopolitics; Territory; Northeast Brazilian Indigenous People.

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS: Povos indígenas no Nordeste do Brasil e em estados vizinhos como Minas Gerais e Espírito Santo têm cada vez mais enfatizado, em suas articulações políticas e afirmações étnicas, a presença das chamadas “línguas ancestrais” de seus povos, que a sociedade não-indígena por muito tempo acreditou estarem extintas. Este artigo tem a intenção de estudar brevemente o panorama atual de tais articulações e apresentar, a partir de casos específicos da Bahia e do Ceará, algumas das formas pelas quais esses povos têm fortalecido suas línguas originárias e, nesse processo, respaldado sua própria luta política e autoafirmação frente à sociedade brasileira.

Introdução

Nos últimos anos, estudos antropológicos vêm consolidando o Nordeste brasileiro e adjacências (a exemplo do Espírito Santo e do norte de Minas Gerais) como área etnográfica por conta do compartilhamento de processos históricos e da relação cosmopolítica entre ritual e retomada das terras ancestrais. Tais características se adensam por seus circuitos de relações interétnicas — isso se evidencia, por exemplo, na existência de coletivos como a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (APOINME). Contudo, do ponto de vista linguístico, prevalece o entendimento de que a região possui a maior concentração de línguas indígenas extintas, a despeito do “levante linguístico” (BONFIM et al, 2021) que muitas etnias vêm promovendo há algumas décadas (BOMFIM, COSTA, 2014), e pela inclusão das línguas indígenas, na condição de componentes curriculares específicas (MORAES, 2021), no sistema de educação escolar indígena. Além disso, observam-se fenômenos linguísticos não apenas formais e mediados pela escola, mas que se renovam no processo de luta por direitos originários, como os territoriais, a exemplo do que pesquisas junto aos Tuxá (SOUZA, 2018; DURAZZO, 2023), aos Kiriri (MORAES, 2021) e aos Pataxó da Bahia (BOMFIM, 2012) são capazes de demonstrar.

Assim, o objetivo deste texto é incluir a dimensão linguística na caracterização antropológica do Nordeste indígena, que pode ser considerada uma área etnolinguística em que predominam concepções particulares de língua, transmissão e falantes, mostrando que a vitalidade linguística não se restringe às comunidades humanas, pois deve necessariamente incluir outros seres existentes, como os “mestres encantados”, que não apenas dominam como

também vêm garantindo a continuidade dos idiomas indígenas na região (DURAZZO, 2022c, 2023).

Na primeira seção do texto, discutiremos a importância dos “encantados” para a cosmologia e a cosmopolítica dos indígenas do Nordeste, de forma a se poder caracterizar as línguas ameríndias usadas em tais contextos como línguas encantadas (DURAZZO, 2022c), em duas acepções principais oriundas de dois casos etnográficos, os Tuxá de Rodelas (família Kariri) e os Anacé de Caucaia. Na segunda seção, pretende-se mostrar o entrelaçamento entre retomada territorial e retomada linguística, apontando que o grande documento linguístico de uma língua encantada é o território ancestral com todos os sons da natureza e da sobrenatureza, entre os quais a língua se insere. À guisa de conclusão, discutiremos a centralidade das concepções nativas relacionadas às expressões linguísticas, categorias-chave para os trabalhos de documentação e promoção das línguas ameríndias em situação de retomada (BONFIM et al, 2021).

1. A área etnolinguística das línguas encantadas e o complexo ritual da ciência

Recentemente (DURAZZO, 2022c), aventamos a hipótese de uma categoria analítica derivada de um amplo complexo sócio-ritual dos povos indígenas do Nordeste. Tal categoria, a de “línguas encantadas”, configura-se como um reconhecimento etnolinguístico de diferentes dinâmicas e categorias nativas observadas entre os povos originários da região, a saber, seus processos sócio-rituais e cosmopolíticos — que denominamos “complexo ritual da ciência”.³ Por tal definição, compreendemos:

um complexo de comunicação cujos parâmetros compartilhados pelos indígenas permitem que se comuniquem e compreendam uns aos outros, mesmo ao divergirem em suas práticas ou discordarem quanto às interpretações que um ou outro grupo possa elaborar a partir delas. Tal potencial de compreensão mútua deve-se, a nosso ver, à centralidade que a dimensão da *ciência* adquire na cosmologia tuxá, sendo elemento basal de suas práticas rituais e demais ações no mundo. (DURAZZO, 2023, p. 43).

³ O “complexo ritual da ciência” possui distintas práticas sócio-rituais que o conformam, dentre as quais o toré. Este é um elemento cultural de forte significância diacrítica, ao qual os indígenas do Nordeste recorrem, historicamente, para afirmar sua indianidade e especificidade étnica ante a sociedade não-indígena e, sobretudo, o Estado nacional (GRÜNEWALD, 2005; CARVALHO, 2011). Manifestação ritual musical e coreográfica, o toré se apresenta de diferentes formas a depender do povo em tela e também da circunstância na qual é performado (DURAZZO, 2022b). Há linhas/toantes, isto é, músicas e bailados específicos, que podem ser performados em contextos públicos, na presença de não-indígenas e autoridades do poder público. Há outras, contudo, que costumam ser reservadas ao folguedo interno dos indígenas em questão, em momentos de festa, celebração, práticas rituais intraétnicas etc.

Esse potencial de inteligibilidade que a ciência indígena, seu “complexo ritual” oferece aos povos, coloca-os não apenas no cerne de um sistema de comunicação inter- e intraétnico, fazendo-os compreensíveis entre si e para si, mas também em um sistema de comunicação intercsmológico, em que entidades de distintos estatutos ontológicos se põem em contato e interlocução. Nesse sentido, a garantia da ciência ritual indígena abre campo de articulação com entidades mais-que-humanas (CARDOSO, 2018), os “encantados”, tornando possível que determinados conhecimentos cheguem aos sujeitos viventes — isto é, de carne e osso — pela via de tal comunicação (DURAZZO, 2023). Disso se depreende, como aventamos (DURAZZO, 2022c), que dos “encantados” podem vir as “línguas encantadas”, reinserindo-as na socialidade indígena mesmo quando seus idiomas correlatos são tidos, historicamente, por extintos — extinção que contestamos, juntamente aos povos indígenas que os compreendem não apenas vivos, mas fundamentais para suas relações cosmológicas com os ancestrais.

Em associação ao “complexo ritual da ciência”, existem concepções cosmológicas e formas de organização social que têm constituído um léxico comum aos povos indígenas nordestinos, como os conceitos de “trancos velhos”, “ramas” e a denominação de objetos como *pewi*, palavra para cachimbo em Kipeá (RODRIGUES, 1948). Mas não são apenas fragmentos das línguas ancestrais que são encontrados na área etnográfica desse “complexo ritual da ciência”. Apesar das classificações linguísticas formais considerarem a maior parte dos idiomas indígenas do Nordeste como extintos, tais línguas permanecem em uso corrente no que diz respeito às relações entre humanos e os seres encantados.

Se os Tuxá afirmam que o Dzubukuá, assim, é língua ancestral falada em contextos rituais (que denominam de *ciência*), idioma utilizado pelos *encantados* em circunstâncias específicas; e se *encantados*, como vimos, não são pessoas mortas, senão vivas, mais-que-humanas, cabe perguntar algo mais: seria o Dzubukuá, então, uma língua não-morta, mas encantada, posto contar com falantes mais-que-humanos e contextos rituais de uso? (DURAZZO, 2022c, p. 152).

Outra acepção de língua encantada emerge ainda dos pactos cosmopolíticos realizados entre os povos indígenas e a ancestralidade espiritual, como mostra o caso do povo Anacé que vive em Caucaia, no Ceará, em território que abrange o litoral, serras e caatinga:

Assim aconteceu, os Anacé fizeram pacto com o pai Tupã de encanto porque perderam sua resistência por algum tempo, mas aí fica toda sua força em dois encantos, um na lagoa do Parnamirim e outro na Pedra Branca da Serra da Japuaara até quando der licença o pai Tupã, que renasça um cacique do dito povo Anacé (...) Os Anacé renasceram foi como um estrondo do mar. (SILVA, 2022, p. 7-8).

As línguas são encantadas porque adormecem ou entram em encanto junto com o povo que se prepara para a luta de retomada do território, oportunamente reativada pelos encantados, como mostra o ritual de encantamento anacé descrito pelo Cacique Antônio. Momentos de adormecimento e despertar como estratégia de luta dos povos indígenas no Nordeste estão presentes em outros casos etnográficos como o dos Tupinambá de Olivença (ALARCON, 2019), dentre muitos outros (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999). Disto se depreende como a experiência do território desempenha papel central para os distintos modos de apreensão da realidade indígena — seja a memória dos espaços ocupados, dos ancestrais que abriram caminho para as lutas contemporâneas, ou a própria possibilidade de seguir em comunicação com os ancestrais, algo que as retomadas territoriais vêm fortalecer (DURAZZO, 2022a).

E para além do território, considerar a cosmopolítica indígena que relaciona a língua à dimensão dos encantados implica em se ter como ponto de partida concepções próprias de “falante” e “transmissão”, conforme discutimos em outro trabalho (BONFIM et al, 2021). No que tange aos falantes, humanos e mais-que-humanos constituem a comunidade de fala dos idiomas indígenas na área etnolinguística das línguas encantadas. Em outros contextos etnográficos, como no caso dos Bakairi (Karib Sul) que vivem no cerrado na região central do Mato Grosso, existem línguas distintas para as pessoas humanas, o Kurâ Itanro (língua de gente) e para os outros entes, o Anguido Itanro (língua dos seres originários, atuais animais). Os xamãs são bilíngues, sendo capazes de falar a língua não-humana com seres como os *kadopa* que aparecem sob a forma de animais como o sapo e o morcego (BONFIM, 2017). Esse dado apenas reforça a compreensão de que xamãs, esses mediadores cosmológicos, especialistas rituais de suma importância nas sociedades indígenas, são também exímios tradutores, transitando por diferentes mundos (CARNEIRO DA CUNHA, 1998).

Desta forma, a unidade linguística marca a socialidade estendida entre os povos indígenas das línguas encantadas, com o Português aparecendo como a principal alteridade linguística, ainda que matizada pelas conformações próprias das variantes indígenas da língua nacional. Os encantados, contudo, se expressam especialmente na língua indígena — em uma ou em mais de uma —, cabendo ao pajé ou a outros especialistas rituais o papel de guardiões, transmissores e tradutores das palavras sobre-humanas.

No que diz respeito à transmissão, os efeitos do silenciamento linguístico (SOUZA, 2021) decorrente do longo processo colonial sobre o território da atual região Nordeste comprometeram a aquisição intergeracional das línguas indígenas bem como seus espaços de uso, o que inclui as ocasiões rituais. Esse silenciamento se deve a um longo histórico de

expansão da fronteira nacional, com a supressão das línguas originárias, ou sua instrumentalização pró-colonização, sendo a tônica dos encontros interétnicos (POMPA, 2003) nos processos de aldeamento e territorialização que desde os primeiros séculos caracterizaram a história do Brasil (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999). No entanto, a dinâmica de transmissão das línguas encantadas conta como eixo privilegiado as relações entre humanos e mais-que-humanos, visto que, em última instância, os encantados são os donos, no sentido ameríndio (FAUSTO, 2008), dos idiomas. Isso porque a relação com os mestres encantados se caracteriza pelo segredo (REESINK, 2000), inclusive como forma de proteger os conhecimentos e ações dos indígenas. Assim, as próprias línguas se tornam elas mesmas secretas por serem veículo dos mistérios da ancestralidade, sobressaindo-se a função metalinguística em que os sentidos se derivam da estreita correlação entre código e mensagem.

Assim, a “ciência indígena” atua como principal instituição de regulação da língua. São os encantados que determinam os tabus linguísticos, ou seja, que elementos da língua podem circular para fora do espaço ritual, seja em outros aspectos da vida cotidiana dos povos como a escola ou em espaços públicos mais abrangentes, onde ocorrem a relação com os não-indígenas (DURAZZO, 2022b, 2022c, 2023). Em alguns casos, os encantados incentivam a retomada da língua, como aconteceu para os Tapeba, no Ceará. Em outros, a totalidade da língua deve permanecer em segredo, como parece ser o exemplo dos Pankararu (cf. MORAES, 2021). Especialistas rituais como pajés e outros indígenas que participam das atividades da “ciência indígena” são os responsáveis por intermediar a circulação dos conteúdos linguísticos, como mostra o processo de retomada dos Akwen pelos Xakriabá no Norte de Minas (SILVA & RODRIGUES, 2022). Retomada que, como já vimos — e tornaremos a ver —, coloca a dimensão territorial no centro da experiência indígena de mundo, e também das possibilidades de sua aprendizagem linguística.

2. O território como documento linguístico nos processos de retomada

Línguas indígenas são “línguas de oralidade” (SOUZA 2016), o que implica não apenas a dimensão da transmissão intergeracional de narrativas, mas a própria forma de estruturação da língua, que oferece, por exemplo, mecanismos que atuam na circulação de informações e regulação das relações sociais, como mostra a presença das modalidades epistêmicas como evidencialidade e marcas de atestação em muitas línguas ameríndias. A oralidade da língua indígena também se evidencia pela relação entre a lógica da língua e

outros princípios cosmológicos constituintes do pensamento ameríndio, como o xamanismo, a música e, sobretudo, a mitologia, aspectos importantes para que se possa descrever e analisar questões relativas ao inventário sonoro, aos léxicos e mesmo categorias funcionais dos idiomas ameríndios.⁴

Souza chama atenção para o fato de que a oralidade também se sustenta em outras materialidades para além da fala, que podem ser entendidas como “formas de escritura, formas de arquivo, que trazem em si formas de discursividade” (2018, p.38). A ativação de narrativas mitológicas e de listas de palavras relacionadas a léxicos xamânicos, zoológicos, botânicos e geográficos realizada por caminhadas na paisagem da floresta, como descreve Ramos para o caso Hupd’äh (2022), mostra como a memória nas sociedades de oralidade, como sugere Souza, não possui como marcos apenas o intercâmbio linguístico, sendo desencadeadas por elementos não-verbais presentes na experiência cotidiana de tais populações.

A retomada territorial permite a recuperação de tais referências que instituem a dinâmica da oralidade, sobretudo em termos de paisagem sonora, dos sons que são significativos para cada povo em particular. Assim, não se podem separar os sons da língua de outros sons que compõem o território em termos acústicos. O território Anacé, por exemplo, se delimita e se configura pelo barulho do mar, e a retomada de lugares como a lagoa do Cauípe, situada entre as dunas, mas que cosmologicamente (e geologicamente) integra o mar possuindo portos, cidades, embarcações, marés, regimes de vento, permite justamente reativar a sonoridade marinha na qual a língua está inserida. Enquanto para alguns povos, como os Tikuna, aspectos da prosódia da língua, como os tons distintivos, estão associados à afinação da flauta, na língua Anacé em retomada, o búzio usada para comunicação entre as pessoas que circulavam no território ancestral indicam o diapasão a partir do qual o idioma materno pode sair do adormecimento.

Quando os Tuxá, por exemplo, “autodemarcam” seu território ancestral de D’zorobabé (DURAZZO, 2023), à margem do rio São Francisco e na zona rural do município de Rodelas, na Bahia, estão destacando todos os “apegos materiais, simbólicos e espirituais à terra que garantem sua manutenção”. Mais importante, estão fazendo isso, ao mesmo tempo, com base em direitos constitucionais e também animados por sua experiência histórica e territorial. E mais: ao longo dessa retomada territorial, compreendem sua íntima relação com seres

⁴ Ver, por exemplo, a análise de Bonfim (2022a) sobre zooemas e morfologia de línguas Karib; também Bonfim (2022b) sobre os epistêmicos míticos em Português Indígena. Ou ainda, de forma pioneira, os trabalhos de Souza sobre a sintaxe, o contorno melódico e o uso de ideofones nas narrativas Bakairi (1994, 1995).

não-humanos, os encantados, que habitam aquele mesmo lugar. Como demonstramos, por mais que o processo de retomada linguística tuxá remonte há algumas décadas (DURAZZO, 2021, 2022a), é na *autodemarkação* de D'zorobabé, iniciada em 2017, que muitas das dinâmicas já existentes ganha uma conexão reforçada com o próprio território e os encantados que nele habitam.

Daí vem a força cosmopolítica do território: do profundo emaranhado entre os vivos contemporâneos e seus ancestrais, que também são seres vivos apesar de sua ancestralidade temporal. A terra, nesse contexto preciso, oferece um quadro cosmopolítico próximo aos significados a que se refere Marisol de la Cadena ao estudar as relações indígenas mantidas com os seres-terra como as montanhas, os rios, os lagos, lagoas, caminhos e assim por diante (DE LA CADENA, 2010, 2011). Já para a Constituinte brasileira, com seu esforço intercultural de garantir a presença dos saberes indígenas no texto constitucional final (BRASIL, 1988), as relações mais-que-humanas permitem entender que uma habitação intercultural, assim como uma educação intercultural, se constrói a partir dos princípios da relacionalidade entre terras, seres e diferentes saberes (MIGNOLO & WALSH, 2018).

Ali, em meio às águas do rio São Francisco, então corrente, os Tuxá partilhavam um espaço territorial, um lugar cosmologicamente significativo, com seus *mestres encantados*, encontrando certas oportunidades de com eles partilhar ainda mais, ou seja, de aprender a língua diretamente de falantes mais-que-humanos. [...] O contato com *eles*, por meio de situações rituais, será tanto mais constante e denso quanto mais facilitado pela existência de um território indígena reconhecido, protegido de invasões de interesses não-indígenas e da presença de sujeitos alheios à socialidade do povo. Língua encantada, portanto, parece corresponder também a uma dinâmica de acesso à terra tradicionalmente habitada, ao território historicamente experienciado pelos indígenas, e no qual suas relações com *encantados* e outras forças do mundo vivido se mostram significativas. (DURAZZO, 2022c: 155-156).

Como esboçado acima, a relação de comunicação mais-que-humana por meio do “complexo ritual da ciência” vem enfatizar a relação entre indígenas viventes, seres encantados e a mediação mesma do território. Por isso, como parecem indicar os dados etnográficos, podemos pensar em línguas encantadas a partir de processos locais, situados e territorializados, no sentido amplo do termo: é pela habitação do espaço, pela coabitação com seres mais-que-humanos, que o estatuto encantado das línguas indígenas vem colaborar para a definição de uma área etnolinguística, como ora propomos.

3. Conclusão: o “retoar”⁵ das línguas encantadas

⁵ Palavra utilizada para expressar a concepção de retomada linguística dos Anacé.

Ao caracterizar o Nordeste e adjacências como área etnolinguística das línguas encantadas, propomos que o ponto de partida para a documentação e promoção linguística dos trabalhos de retomada sejam as concepções indígenas de língua e a relação dos idiomas ameríndios com a cosmologia e a socialidade estendida entre humanos e não-humanos, o que temos chamado de “gramática cosmopolítica” (BONFIM, 2017) ou, ainda, “cosmopolítica linguística” (DURAZZO, 2023). É importante destacar que as línguas não são encantadas apenas porque, no decorrer dos séculos de silenciamento linguístico, permaneceram presentes no âmbito ritual. Antes, são encantadas por questão da “ontologia da linguagem” derivada da relação entre os povos indígenas e as entidades mais-que-humanas, cuja própria existência implica na presença de uma dimensão linguística, comunicativa.

Como “línguas-espírito”,⁶ as línguas encantadas sugerem a ampliação dos conceitos de “falante”, “lembradores” e “transmissão” correntes nos trabalhos linguísticos tanto nos contextos de descrição formal quanto dos projetos de revitalização/retomada (DURAZZO, BONFIM, 2023). Conforme discutido no decorrer do artigo, os encantados são igualmente falantes das línguas indígenas das comunidades com as quais se relacionam, e guardam conhecimento linguístico de forma distinta dos lembradores humanos, pois regulam a própria circulação do idioma. São, portanto, os principais responsáveis pela transmissão linguística, o que leva à ampliação da noção de transmissão intergeracional para a de uma “transmissão cosmopolítica”. Ou seja, considerada a multiplicidade de agências capazes de desencadear a circulação de uma língua indígena — encantados mais-que-humanos, o próprio território habitado etc —, temos nas relações cosmopolíticas um feixe dinamizador para a retomada de saberes linguísticos como os aqui descritos.

Como línguas de oralidade (SOUZA, 2016), as línguas encantadas possuem outros espaços de registro e memória que não se restringem às interações entre falantes, mesmo encantados. Assim, propomos o território como grande documento linguístico das línguas encantadas, pois as retomadas territoriais permitem reativar as relações cosmopolíticas das quais a língua faz parte. Assim, a pesquisa linguística em tais contextos vai se interessar tanto por possíveis documentos coloniais como pelos processos de territorialização que reinscrevem a língua dentro da paisagem sonora dos povos indígenas.

Definir o Nordeste e zonas limítrofes como área etnolinguística das línguas encantadas implica em se incentivar o reconhecimento da diversidade linguística na região, tarefa ainda

⁶ Conceito apresentado por Altaci Kokama, representante no Brasil da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032).

não empreendida a contento por conta da prevalência da oposição colonial entre os Tupi da costa e os Tapuya dos sertões (POMPA, 2003). Os Tapuya, por exemplo, são geralmente associados ao tronco Macro-Jê, a despeito do debate ainda inconclusivo sobre a filiação genética de famílias linguísticas estabelecidas na região, como a Família Kariri (ver comentários em BONFIM et al, 2021) e a existência comprovada de povos indígenas de famílias linguísticas de origem distante como os Pimenteiras do Piauí, falantes de uma língua Karib. Quanto aos Tupi da costa, estão pressupostas a prevalência em todo litoral (apesar de povos não-Tupi como os Pataxó viverem à beira-mar) e uma grande homogeneidade linguística a partir do Tupinambá. É importante destacar que “a língua indígena mais falada na costa do Brasil”, segundo Anchieta, passa pela normatização missionária e depois é reinterpretada pela pesquisa linguística contemporânea. Tais mediações precisam ser levadas em conta pelos projetos de retomada linguística atentos à língua como expressão do pensamento e da cosmopolítica indígena, como som indistinguível das outras formas de retoar a ciência acústica dos encantados.

Declaração de Contribuição dos Autores do Artigo

Os autores deste manuscrito, Evandro de Sousa Bonfim e Leandro Marques Durazzo, declaram ter desempenhado igualmente os papéis de reflexão, elaboração, confecção, escrita, revisão e tratamento de dados teóricos presentes neste texto.

Conflito de Interesse

Os autores não têm conflitos de interesse a declarar.

Link para *Preprint*

Protocolo e Pré-Registro de Pesquisa

Não se aplica.

Declaração de Disponibilidade de Dados

O compartilhamento de dados não é aplicável a este artigo, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado neste estudo.

Referências:

ALARCON, D. F. **O retorno da terra**: as retomadas na aldeia tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. São Paulo: Elefante, 2019.

BONFIM, E. S. “Kurâ Itanro: Cosmopolítica e Língua entre os Bakairi”. **Revista Ñaduty**, vol. 5, n.6, 2017.

BONFIM, E. S. Categorias gramaticais e significação: aspectos morfológicos e taxonômicos dos zooemas em Bakairi (Karib Sul). **R@U**, 14 (1), jan./jun. 2022a, p. 144-158.

BONFIM, E. S. **Epistêmicos Míticos No Português Wai Wai**: As Narrativas De Fundação Da Aldeia Mapuera. Palestra. GT Português Indígena da Década das Línguas Indígenas no Brasil, 2022b. Disponível em: <https://idil2022-2032.org/events-activities/auto-draft-4/>

BONFIM, E. S.; DURAZZO, L.; AGUIAR, M. S. O. (Org.). “Levante linguístico indígena” no Nordeste, no Espírito Santo e em Minas Gerais: aspectos teóricos, políticos e etnográficos. **Policromias** – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 398-420, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

CARDOSO, T. M. **Paisagens em transe**: ecologia da vida e cosmopolítica Pataxó no Monte Pascoal. Brasília: IEB Mil Folhas, 2018.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Pontos de vista sobre a floresta amazônica: xamanismo e tradução. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-22, Abr. 1998.

CARVALHO, M. R. De índios “misturados” a índios “regimados”. *In*: CARVALHO, M. R.; REESINK, E. B.; CAVIGNAC, J. (Org.). **Negros no mundo dos índios**: imagens, reflexos, alteridades. Natal: EDUFRN, 2011.

DE LA CADENA, M. Indigenous Cosmopolitics in the Andes: Conceptual Reflections Beyond ‘Politics’. **Cultural Anthropology**, 25.2, p. 334-370, 2010.

DE LA CADENA, M. **Earth Beings**: ecologies of practice across Andean worlds. Durham/London: Duke University Press, 2011.

DURAZZO, L. A garantia do seguimento indígena: ciência ritual, rede proká e revitalização linguística no Submédio São Francisco. **Policromias** — Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, 6(2), 2021, 423-462. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/46720>

DURAZZO, L. A cosmopolitical education: Indigenous language revitalization among Tuxá people from Bahia, Brazil. **Globalizations**, 2022a. DOI: 10.1080/14747731.2022.2065049

DURAZZO, L. “Eu cheguei agora nesta nova aldeia”: poética e política na autodemarcação Tuxá de D’zorobabé. **Revista VIS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais**, 20(2), 121–138, 2022b. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistavis/article/view/44389>

DURAZZO, L. “O estatuto encantado das línguas indígenas: comunicação mais-que-humana e revitalização linguística”. In: SEVERO, C. G. (Org.). **Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas**. São Paulo: Pontes Editores, p. 149-168, 2022c.

DURAZZO, L. **Cosmopolíticas Tuxá: ciência, ritual e educação a partir da autodemarcação de Dzorobabé**. Natal: SEDIS-UFRN, 2023.

DURAZZO, L.; BONFIM, E. S. “A área etnolinguística das línguas encantadas: repensando os conceitos de língua, falante, transmissão e território nas retomadas de línguas indígenas”. In: SEVERO, C.; BUZATO, M. (org.). **Cosmopolítica e Linguagem**. Araraquara: Letraria, p. 129-141, 2023.

FAUSTO, C. Donos demais: maestria e domínio na Amazônia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 329-366, Out. 2008. Disponível em: <http://ref.scielo.org/j4mm88>

GRÜNEWALD, R. de A. (Org.). **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: Fundaj/Editora Massangana, 2005.

MIGNOLO, W; WALSH, C. On Decoloniality: concepts, analytics, practices. Durham/London: Duke University Press, 2018.

MORAES, V. C. Refletindo sobre as concepções de revitalização linguística e língua morta a partir do contexto kiriri. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, 6(2), 487–515, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/42315>

PACHECO DE OLIVEIRA, J. (Org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

POMPA, C. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru: Edusc, 2003.

RAMOS, D. P. Caminhos de Bisiw: uma abordagem tensiva da mobilidade ritual no Jurupari dos Hupd’äh. **Mana**, 28(2), e282201, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n2a201>

REESINK, E. B. “O segredo do sagrado: o Toré entre os índios no Nordeste”. In: ALMEIDA, L. S. et al (Org.). **Índios do Nordeste: temas e problemas: 500 anos, volume 2**. Maceió: EDUFAL, p. 359-406, 2000.

SILVA, Cacique A. F. da. **Resgate Histórico do Povo Anacé**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2022.

SILVA, M. A. de O.; RODRIGUES, A. P. S. Os Cantos Xakriabá e a Retomada da língua Akwen. Apresentação oral. II SEMINÁRIO INTERNACIONAL VIVA LÍNGUA VIVA, Belém, 2022.

SOUZA, T. C. C. **Discurso e Oralidade: um estudo em língua indígena**. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SOUZA, T. C. C. “O Traço Sonoro em Bakairi”. *In*: Leo Wetzels. (Org.). **Estudos fonológicos das línguas indígenas brasileiras**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 26-39.

SOUZA, T. C.C. de Línguas Indígenas: Arquivo, Memória e Oralidade. **Policromias**, n.1, p. 36-55, 2016.

SOUZA, T. C. C. de. Línguas indígenas, fronteiras e silenciamento. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 24, n. 48, p. 132–150, 2021. DOI: 10.20396/lil.v24i48.8666487

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.